

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 23/XII/2.^a SL

Aos 16 dias do mês de janeiro de 2012, pelas 09:45 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

09:30 Horas

Audiência do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz sobre a Proposta de Lei n.º 115/XII/2.^a (GOV) - "Procede à primeira alteração à Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz, aprovada pela Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, aperfeiçoando alguns aspetos de organização e funcionamento dos julgados de paz";

10:30 Horas

Audiência da Associação dos Juizes de Paz Portugueses sobre a Proposta de Lei n.º 115/XII/2.^a (GOV) - "Procede à primeira alteração à Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz, aprovada pela Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, aperfeiçoando alguns aspetos de organização e funcionamento dos julgados de paz";

11:00 Horas

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 113/XII/2.^a (GOV) - "Aprova o Código de Processo Civil" - Relator: Deputado Luís Pita Ameixa (PS);
3. Apreciação e votação do parecer, solicitado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, sobre a Proposta de Resolução n.º 51/XII/2.^a (GOV) - "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América para a Troca de Informação de Rastreo de Terrorismo, assinado em Washington, em 24 de julho de 2012" - Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS);
4. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:
 - Proposta de Lei n.º 105/XII/2.^a (GOV) - "Aprova o Regime Jurídico do Processo de Inventário";
 - Proposta de Lei n.º 107/XII/2.^a (GOV) - "Estabelece o Estatuto do Administrador Judicial";
5. Fixação de redação final, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República;
6. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;
7. Distribuição de iniciativas europeias;
8. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;
9. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Ministro da Administração Interna, para prestar esclarecimentos sobre o alegado visionamento pela PSP de imagens da RTP;
10. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD), deu-se início à [audição do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz \(CAJP\) sobre a Proposta de Lei n.º 115/XII/2.^a \(GOV\) - "Procede à primeira alteração à Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz,](#)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 23/XII/2.^a SL

aprovada pela Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, aperfeiçoando alguns aspetos de organização e funcionamento dos julgados de paz'.

Usaram da palavra, para uma intervenção inicial em nome do CAJP, o Senhor Conselheiro Cardona Ferreira, a Senhora Dr.^a Odete Santos e a Senhora Dr.^a Noémia Anacleto.

Usaram da palavra, de seguida, para colocar questões, os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS), Paula Cardoso (PSD), Teresa Anjinho (CDS/PP), João Oliveira (PCP) e Cecília Honório (BE), aos quais os membros do CAJP responderam.

Posteriormente, às 11 horas, teve início a [audição da Associação de Juizes de Paz Portugueses \(AJUPP\) sobre a mesma iniciativa legislativa](#).

Depois de uma intervenção inicial do Dr. João Chumbinho, Presidente da AJUPP, usaram da palavra para colocar questões os Senhores Deputados João Oliveira (PCP), Cecília Honório (BE), Filipe Neto Brandão (PS), Paula Cardoso (PSD) e Teresa Anjinho (CDS/PP), aos quais respondeu o Dr. João Chumbinho.

Ambas as audições foram integralmente gravadas em vídeo e transmitidas, em diferido, pela [AR TV](#).

Pelas 11:55 horas, teve início a reunião ordinária da Comissão, a que presidiu o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Telmo Correia (PSD), que anunciou a baixa à Comissão do Projeto de Resolução n.º 565/XII/2.^a (PS) - [Recomenda ao Governo que aprove, para o período de vigência do Programa de Assistência Financeira a Portugal, uma moratória para as ações de despejo que tiverem fundamento no não pagamento de renda sempre que o arrendatário não haja incumprido durante o contrato em curso, e que tal incumprimento se deva a situações de desemprego](#), tendo o Grupo Parlamentar proponente informado, para efeitos do disposto no artigo 128.º do RAR, que indicaria posteriormente se pretendia a apreciação do Projeto, em Comissão ou em Plenário.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 23/XII/2.^a SL

Em seguida, foi distribuída a seguinte iniciativa europeia:

Título	Relator	Data limite de envio à CAE
Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1346/2000 do Conselho relativo aos processos de insolvência [COM(2012)744]. Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos: Avaliação de Impacto [SWD(2012)416] e Resumo da Avaliação de Impacto [SWD(2012)417].	Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS)	06-02-2013

No ponto seguinte da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado Pita Ameixa (PS) apresentou o seu parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 113/XII \(GOV\)](#), que "Aprova o Código de Processo Civil".

O Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) interveio para louvar a síntese feita acerca dos pontos essenciais do novo Código e para fazer pequenas observações sobre o texto apresentado.

O Relator explicou ter destacado, da Proposta de lei, o facto de a maior parte das suas alterações serem de sistematização ou de alteração de epígrafe, com manutenção da maioria das normas materiais, passando a ilusão da aprovação de um novo Código, ao invés de uma revisão importante do Código em vigor.

Submetidas a votação, as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

Em seguida, foi apreciado o parecer da Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), solicitado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, sobre a [Proposta de Resolução n.º 51/XII/2.^a \(GOV\)](#), que "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América para a Troca de Informação de Rastreamento de Terrorismo, assinado em Washington, em 24 de julho de 2012". Após uma breve apresentação do parecer pela Relatora, o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) informou que votaria favoravelmente o parecer, sem prejuízo de reservar para Plenário a sua opinião relativamente ao conteúdo da Proposta de Resolução, sobre a qual tinha as maiores dúvidas.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 23/XII/2.^a SL

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

A solicitação do Grupo Parlamentar do PSD, foi adiada a discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 105/XII, que "*Aprova o Regime Jurídico do Processo de Inventário*", tendo também ficado adiada para a reunião subsequente da Comissão a discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 107/XII/2.^a (GOV), que "*Estabelece o Estatuto do Administrador Judicial*", a pedido do Grupo Parlamentar do PCP.

Em seguida, procedeu-se à fixação da redação final do texto que procede à "*Terceira alteração à Lei n.º 9/91, de 9 de abril (Estatuto do Provedor de Justiça), alterada pelas Leis n.ºs 30/96, de 14 de agosto, e 52-A/2005, de 10 de outubro*" [[Projeto de Lei n.º 301/XII/2.^a \(PSD/CDS-PP\)](#)] e [[Projeto de Lei n.º 309/XII/2.^a \(PS\)](#)], após ter sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, na ausência do PEV, tendo sido aceites, por unanimidade dos presentes as sugestões de redação constantes da Informação n.º 7/DAPLEN/2013, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa, com exceção do proposto para os artigos 3.º e 9.º, que se considerou não deverem ser alterados, porque só alterações que excecionalmente se justifiquem por razões muito ponderosas devem ser introduzidas em redação final.

Procedeu-se ainda à fixação da redação final do texto que "*Recomenda ao Governo a aprovação de normas para a proteção da saúde pública e medidas de combate ao consumo das denominadas "novas droga."*" [[Projeto de Resolução n.º 520/XII/2.^a \(PSD\)](#)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, registando-se a ausência do PEV, tendo sido aceites, por unanimidade dos presentes, as sugestões de redação constantes da Informação n.º 10/DAPLEN/2013, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Em seguida, foi apreciado o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição urgente do Ministro da Administração Interna acerca do alegado

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 23/XII/2.^a SL

visionamento pela PSP de imagens da RTP relativas à manifestação de 14 de novembro de 2012. A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) apresentou o requerimento, explicando que anterior pedido de sentido idêntico havia sido rejeitado pela maioria parlamentar com fundamento na sua extemporaneidade, em face da inexistência do parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República sobre a matéria. Lembrou que tal Parecer havia já sido emitido e era público, apontando para conclusões que importava debater.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) solicitou que, na reunião subsequente da Comissão, fosse debatida e fixada a metodologia de discussão e votação na especialidade das Propostas de Lei n.ºs 113/XII/2.^a (GOV) - "*Aprova o Código de Processo Civil*" e 114/XII/2.^a (GOV) - "*Aprova a Lei de Organização do Sistema Judiciário*".

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13h00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de janeiro de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 06-02-2013



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 23/XII/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
João Lobo
João Oliveira
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
António Filipe
Margarida Almeida
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto
José Luís Ferreira